



Nossos pivôs bem na foto!
Élcia Nyssen | Paranapanema (SP)

Boletim Informativo da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha

Ano II | Edição 19 | 30 de março de 2018



Cobertura especial

Fique por dentro dos principais acontecimentos do Fórum Mundial da Água e os bons frutos gerados para o setor
(Página 3, 4 e 5)

"ATO PELA AGRICULTURA"
Alckmin e Jardim autorizam criação da Câmara Setorial da Agricultura Irrigada



(Página 6)

Ministro Eliseu Padilha analisa retorno da política de irrigação para o Ministério da Agricultura

(Página 5)

FORUM
PERMANENTE
DO ASSOCIADO



Última Página



Expediente:

ASPIPP EM AÇÃO é uma publicação de circulação digital e quinzenal da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha - ASPIPP

DIRETORIA

PRESIDENTE:

Maurício Swart

VICE PRESIDENTE:

Hubertus Derks

1º TESOUREIRO

Ricardo Swart

2º TESOUREIRO

Luiz Fernando Doneux Jr.

1ª SECRETÁRIA

Vanessa Van Melis

2ª SECRETÁRIO

José Maria Maschietto Jr.

CONSELHO FISCAL

TITULARES

William Alexandre Eltink

Patrick Johannes Beckers

Fábio Adriano Van den Boomen

SUPLENTES

Marcelo Justo de Almeida

Ricardo João de Bruijn

Fábio Stecca D'Angiere

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Silvério Sleutjes

SECRETARIA EXECUTIVA

Uiara Valim

FINANCEIRO

Elaine Cassú

PROJETO GRÁFICO E TEXTOS

Eduardo Henrique Eltink

Jornalista | MTB-0085005/SP

Eltink Comunicação Estratégica

(15) 3346.4908 | (15) 99787.5082

Endereço:

Av. das Posses, 120 - Centro

Distrito Campos de Holambra

Paranapanema (SP) | CEP 18.725-000

(14) 3769.1788

aspipp@aspipp.com.br

Acesse nosso site:

www.aspipp.com.br

ENTREGOTAS

IRRIGANDO COM MAIS INFORMAÇÃO

Tacada Certa!

Estratégica e necessária! Essas duas palavras dão real dimensão da parceria que a ASPIPP, juntamente com outras instituições do setor, manteve com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA Brasil) para o desenvolvimento de ações no Fórum Mundial da Água. O *stand* certamente foi o que teve maior fluxo de visitação, dada as palestras e outras programações no setor de exposições. Por lá passaram o príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, representantes e técnicos de diversos países, além de autoridades brasileiras.

Inspirando

Convidada pela CNA Brasil, a diretora Executiva da ASPIPP, engenheira Priscila Silvério Sleutjes, palestrou no Fórum sobre a importância do diálogo para a gestão de conflito no uso de recursos hídricos. A palestra atraiu muitos produtores da região do Distrito Federal, que devido a crise hídrica trabalham com 50% do volume outorgado para irrigação. A solução de barramentos para reservação e o modelo de representação inspirou os brasilienses, que buscam (sem sucesso e sem articulação) equacionar essa questão no planalto brasileiro.

Câmara Temática

Aproveitando a programação do Fórum Mundial da Água, a Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação (CTASI), que é vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizou sua 32ª reunião ordinária. Na pauta, os assuntos mais debatidos foram a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação e reinserção de uma área específica que trate de irrigação na estrutura do MAPA; a apresentação da PL de Modernização e Desenvolvimento da Agricultura Irriga-

da, de autoria do deputado Covatti Filho (PP-RS); e também, fechando a reunião, as avaliações do setor acerca do Fórum, sendo escalada para esta missão, a representante da ASPIPP, Priscila Sleutjes, que também participa da CTASI.

E fechou mesmo...

Diplomática, mas objetiva, Priscila fez sem rodeios suas colocações como solicitado e ainda abriu espaço para que outras entidades fizessem também suas observações. Contudo, em dado momento, o assunto se desvirtuou e as discussões se acaloraram entre os pares, sendo necessária intervenção. A representante da ASPIPP fez e o impacto da mensagem foi tamanho, que, a despeito do tom respeitoso e sereno, fizeram os assuntos se esgotarem e a reunião foi encerrada naquele momento. Quem testemunhou, a exemplo deste colunista, poder ver a luz da ASPIPP iluminar aquela sala e os corredores do ministério. Foi de dar orgulho!

Filosofando

Dizem por aí que os jovens desperdiçam a juventude. As pessoas que afirmam isto estão aceitando o mito de que só os jovens podem aproveitar a vida plenamente. A verdade é que as pessoas mais velhas não consideram a juventude como a melhor época de suas vidas. A maioria aprecia mais a maturidade do que qualquer outra fase, por simplesmente ser o "agora". A depressão surge quando nossos sentimentos e pensamentos se concentram excessivamente no passado (especialmente nas dores e feridas da alma). Já a ansiedade é quando nos ocupamos demasiadamente em conjecturar o próprio futuro feliz. Contudo, a sua melhor vida pode ser o agora, portanto, viva simplesmente feliz! Pense nisso...

ASPIPP, Fórum Mundial da Água e os bons frutos gerados para a irrigação



Representantes das principais instituições irrigantes do País que defenderam o setor no Fórum da Água

Foram mais de 120 mil participantes, sendo 10 mil congressistas de 172 diferentes países que participaram ativamente nas discussões dos 300 temas propostos, além das 110 mil pessoas que visitaram espaços da Vila Cidadã e os 'stands' da Expo. Esses são os números finais e que dão a exata dimensão do que foi o 8º Fórum Mundial da Água, que aconteceu entre os dias 19 e 23 de março, em Brasília (DF).

A ASPIPP foi representada no evento pela diretora Executiva, Priscila Silvério Sleutjes, que esteve nos principais debates sobre agricultura irrigada, participando também de mesas redondas e ainda como palestrante convidada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), para apresentar a temática "A importância da articulação e diálogo na gestão do conflito pelo uso da água". **(ver página 5)**

Positivo para o setor

Na opinião de especialistas e de muitos participantes, o 8º Fórum Mundial da Água contribuiu para derrubar o mito de que a agricultura é a grande "vilã hídrica" do mundo. Os debates que ocorreram durante os cinco dias de evento serviram para elucidar fatos e mitos acerca da utiliza-

ção da água para a produção de alimentos. A Revista Globo Rural publicou em seu portal essa percepção, enaltecendo o trabalho e os dados apresentados pela CNA Brasil e pela Embrapa, com dados científicos, que comprovam a viabilidade da agricultura irrigada sustentável.

Fatos e Mitos

Durante o Fórum, a revista Globo Rural entrevistou o coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias Filho, que ressaltou a importância das propriedades rurais na recarga de aquíferos e na formação de estoques de água, que acabam alimentando os cursos d'água. "Se a questão é escassez, o produtor rural tem mais soluções do que problemas", disse à reportagem. Aliás, a CNA reafirmou na reportagem ser falsa a informação de que "pivô central gasta muita água", contra argumentando que a irrigação oferece às plantas a quantidade ajustada e necessária de água, sem desperdício, sendo erradas as hipóteses de que a irrigação causa falta d'água nas cidades e que agricultura polui as águas que chegam aos centros urbanos.

Da Redação

(com informações da Revista Globo Rural)

CNA avança e lança Comissão Nacional de Irrigação durante o Fórum da Água



Odilson Silva (Mapa), Eduardo Veras (FAEG) e João Martins (CNA) na assinatura da portaria da Comissão

Em ato realizado durante 8º Fórum Mundial da Água, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA Brasil) e o secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Odilson Silva, assinaram a portaria que instituiu a Comissão Nacional de Irrigação, como forma de aumentar a representatividade do setor junto ao Poder Público.

A Comissão Nacional será composta pela CNA, por representantes das federações de agricultura e pecuária, além de associações de irrigantes do País. A ASPIPP é uma das instituições que fará parte deste órgão, que atuará como ponto focal de discussões das ações, políticas e posicionamentos do setor sobre o uso da água para a agropecuária. O trabalho será feito diretamente nas discussões no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), bem como em organismos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Avançar

De acordo com o presidente da CNA, uma comissão específica de irrigação será importante para o momento que o setor está vivendo. "O Brasil vem se destacando cada vez mais como grande produtor de alimentos e o mundo quer

que o País responda à demanda daqui até 2050. Então, resolvemos nos profissionalizar mais e focar em irrigação", completou João Martins.

"O Brasil é o sexto maior país do mundo com irrigação e tem potencial para ser muito mais. Precisamos explorar esse potencial de forma sustentável para melhoria da produção e maiores ganhos para o produtor rural brasileiro", destacou o secretário do Mapa, Odilson Silva.

Presidente

Inicialmente, a Comissão Nacional de Irrigação será presidida por Eduardo Veras, que também é vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG). Na sua avaliação, um dos fatores para o Brasil ampliar a área irrigada é reconhecer os barramentos de água como utilidade pública e de interesse social.

"Precisamos transformar isso em uma vantagem competitiva, já que em diversos estados do Brasil temos o índice pluviométrico de até 1.500 milímetros como o estado de Goiás. Com isso, podemos ampliar a irrigação de forma sustentável e diminuir o uso competitivo com os outros setores", disse.

Da Redação

(com informações da CNA)

Ministro Eliseu Padilha analisa retorno da política de irrigação para o Ministério da Agricultura



Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitaram a transferência da gestão da Política de Irrigação Nacional durante uma reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, na última terça-feira (27). O pedido é para que o assunto volte a ser tratado dentro do Ministério da Agricultura e não mais no Ministério da Integração Nacional, como acontece atualmente.

O pleito já havia sido defendido no documento “Carta Aberta aos Irrigantes”, elaborado no final do Seminário Irrigação no Brasil: Uma nova Gestão, promovido pela CNA, em 2017. Tanto a CNA quanto outras entidades representativas do setor apontaram a mudança como fundamental para que as políticas públicas de irrigação - que fomentam a irrigação produtiva, responsável por 97% dos empreendimentos que utilizam a tecnologia no País - possam ter uma vinculação mais direta com a política agrícola gerida pelo Ministério da Agricultura. A ASPIPP é signatária do documento e também defendeu o assunto na última reunião da Câmara Temática de Agricultura Irrigada e Sustentável, no Mapa, no último dia 22. “O ministro Eliseu Padilha se mostrou simpático ao pleito. Ele se comprometeu em analisar o assunto e dar um retorno, em breve, com o posicionamento da Casa Civil e do Governo Federal sobre o pedido da CNA”, afirmou o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Muni Lourenço.

Durante o encontro também foi entregue à Eliseu Padilha um exemplar do livro “Agricultura Irrigada sustentável no Brasil: identificação de áreas prioritárias”, lançado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com apoio da CNA no 8º Fórum Mundial da Água, na semana passada.

(com informações CNA)

Trabalho da ASPIPP é referenciado pela CNA no Fórum Mundial



Para acumular a água da chuva e garantir a irrigação das lavouras, os produtores rurais do sudoeste paulista têm investido na construção de pequenas barragens, de acordo com a diretora-executiva da Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha (ASPIPP), Priscila Silvério, nesta quarta (21), no espaço do Sistema CNA/SENAR/ICNA, no 8º Fórum Mundial da Água.

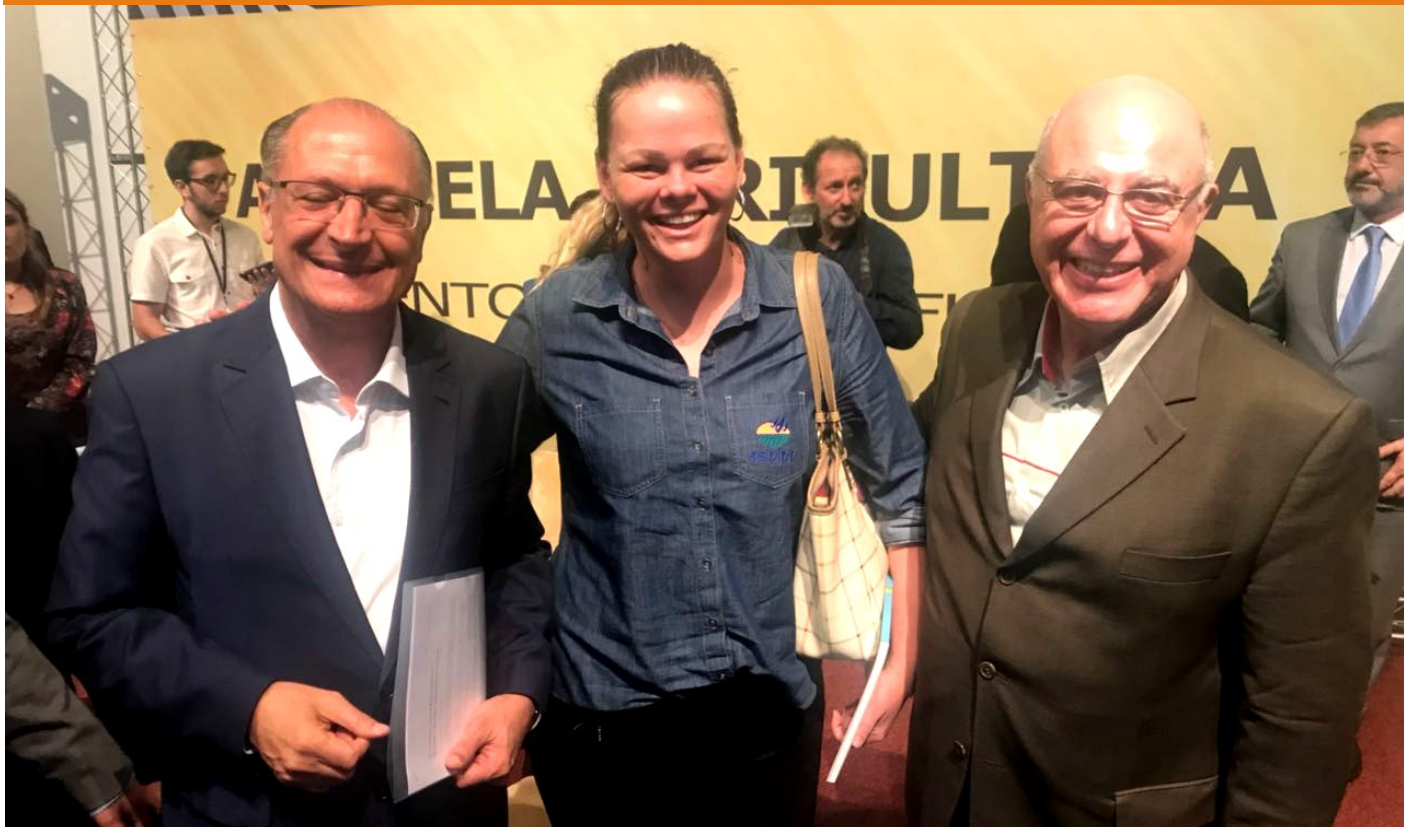
De acordo com Priscila, o barramento se tornou a melhor alternativa para manter as culturas em desenvolvimento. “A região tem bom índice pluviométrico durante o ano, mas, nos pequenos períodos de seca, é necessária a complementação da água da chuva e as barragens são fundamentais nesse processo”.

Em 1980, quando ainda nem se falava em crise hídrica no país, os agricultores do sudoeste paulista investiram na irrigação e construção de barragens para evitar a falta de água para a produção agrícola. “Hoje, são quase 90 mil hectares de área irrigada. Nós aliamos a sustentabilidade e a conservação de solo com a gestão de recursos hídricos”.

A representante da ASPIPP explicou ainda que em 2014, quando o estado de São Paulo sofreu com a falta de água, o barramento foi a solução para abastecer a população de vários municípios

(Com informações da CNA)

Alckmin e Jardim autorizam a criação da Câmara Setorial da Agricultura Irrigada



A diretora da ASPIPP, Vanessa Van Melis, com o governador Geraldo Alckmin e o secretário Arnaldo Jardim

Durante o "Ato pela agricultura: Alimento, renda e futuro", que reuniu centenas de agricultores, representantes de segurança alimentar e nutricional, instituições, empresários, cooperativas e gestores públicos, no último dia 19, no Palácio dos Bandeirantes, o secretário Arnaldo Jardim (Agricultura e Abastecimento) e o governador Geraldo Alckmin, confirmaram à diretora da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha (ASPIPP), Vanessa Van Melis, a autorização da criação da Câmara Setorial da Agricultura Irrigada, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA).

A implantação já era objeto de discussão entre as equipes técnicas da Secretaria e a diretora Executiva da ASPIPP, Priscila Silvério Sleutjes. Aliás, das seis instituições necessárias para a abertura, a ASPIPP já havia confirmado quatro e aguardava, até o fechamento da edição, o ofício de adesão de outras três instituições, para que seja efetuada a portaria de criação e implantação do organismo, que deve ser publicado no Diário Oficial do Estado, após assinado pelo secretário.

Proposta Câmara

A iniciativa de criação da Câmara Setorial da Agricultura Irrigada foi sugerida pela ASPIPP, na abertura do Irrigashow 2017, quando o secretário Arnaldo Jardim participou da abertura oficial do evento. Com a criação da Câmara, a ASPIPP espera estabelecer um ambiente de interlocução mais efetivo e permanente do setor com o Governo do Estado. Por envolver técnicos, pesquisadores e produtores, entre outros atores da cadeia produtiva, as deliberações da Câmara orientam políticas públicas para o setor, no âmbito do Estado.

Adesões

Para a criação da Câmara Setorial, a ASPIPP já conta com as adesões da Associação Paulista dos Produtores de Algodão (APPA), da Associação dos Produtores de Soja e Algodão de São Paulo (Aprosoja-SP), da Associação de Plantio Direto do Vale do Paranapanema, além da ASPIPP. A Abimaq e a UNICA já sinalizaram que deverão compor o quadro. A FAESP será convidada pela SAA.

Da Redação

FORUM PERMANENTE DO ASSOCIADO



1) Quais instituições e órgãos públicos devemos procurar para o arranquio de árvores isoladas?

Doutora Elaine: O produtor deve procurar a CETESB, visto que a Lei 13.542/2009 incumbiu a este órgão a competência para autorizar a supressão de vegetação, o que inclui o corte de árvores isoladas.

2) Qual é o procedimento para o arranquio de árvores isoladas?

Doutora Elaine: O corte de árvores isoladas (vivas ou mortas), no âmbito do Estado de São Paulo, está regulado pela CETESB através da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013. A primeira pergunta que o agricultor deve fazer é: onde estão estas árvores? Se elas estiverem dentro de Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal ou Unidades de Conservação, o procedimento é solicitar "Autorização para Intervenção (na área protegida)", assunto que abordaremos em outras oportunidades. Estando as árvores fora das áreas mencionadas, o produtor poderá pedir "autorização para corte de árvores isoladas", desde que atenda aos seguintes requisitos:

1. Que o corte seja indispensável para o desenvolvimento da atividade;
2. Assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental que contemple o plantio compensatório na proporção definida no art. 8º da Decisão de Diretoria nº 287 (detalharemos a diante);
3. A soma dos pedidos para corte de árvores isoladas naquela área não tenha excedido 15 espécies por hectare nos últimos 3 anos;
4. As árvores que se pretende cortar devem se destacar na paisagem como um indivíduo isolado de forma que a copa ou a parte área das mesmas não estejam em contato entre si;
5. A concessão da autorização estará condicionada a manutenção de exemplares arbóreos nativos relevantes na proporção mínima de um exemplar a cada 3 hectares.

O procedimento propriamente dito é composto pela apresentação, pelo interessado, do levantamento detalhado de todas as árvores isoladas existentes na propriedade contendo as seguintes informações:

- a. Identificação das espécies contemplando o nome científico e popular;
- b. Informar se trata-se de espécie arbórea incluída na lista de espécies ameaçadas de extinção;
- c. Altura do fuste;
- d. Diâmetro na altura do peito - DAP;
- e. Quantidade de exemplares;
- f. Volume de madeira;
- g. Fotos das árvores solicitadas para corte, aerofotos ou

imagens de satélite com indicação das árvores propostas para supressão;

- h. Indicação das coordenadas geográficas de cada árvore, determinadas por aparelho GPS.
- i. Planta com a localização dos exemplares arbóreos;
- j. Projeto de plantio com indicação na planta das áreas que serão recompostas e coordenadas geográficas.

Como medida compensatória pelo corte de árvores isoladas (vivas ou mortas) o proprietário deverá plantar:

- 25 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado na propriedade for inferior ou igual a 500;
- 30 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 500 e inferior ou igual a 1000;
- 40 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 1000.

Interessante notar que, a Decisão de Diretoria da Cetesb não faz distinção entre árvores vivas ou mortas, de modo que, de acordo com a norma, a concessão de autorização para o corte de árvores mortas está sujeita aos mesmos requisitos e procedimentos que as espécies vivas. Após análise técnica e coleta da assinatura do proprietário no famoso Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), a CETESB emitirá a autorização para o corte de árvores.

3) Quanto tempo leva para sair a autorização para o arranquio das árvores?

Doutora Elaine: De acordo com o Artigo 26 da Lei paulista nº 9.509/97, conhecida como Política Estadual do Meio Ambiente, "qualquer órgão ou entidade da administração direta, indireta e fundacional do Estado, integrantes ou não do SEA-QUA, que for chamado a emitir parecer ou, por qualquer outra forma, a manifestar-se nos processos de licenciamento de atividades, mesmo nos casos em que o licenciamento compete à administração federal, deverá fazê-lo dentro do prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da data em que estiver em posse de toda a documentação necessária, sob pena de responsabilidade funcional grave de seus titulares". * o original não está grifado. Entretanto, cabe salientar que o prazo para manifestação não significa necessariamente prazo para concessão da autorização, pois a manifestação da CETESB pode se perfazer no sentido de requerer complementação, correção ou alteração dos dados e documentos já informados. Isso significa dizer que, diante da existência de inúmeras variáveis, não é possível dizer quanto tempo leva a concessão de autorização para corte de árvores isoladas, ou qualquer outro procedimento junto aos órgãos da administração pública.